

DANIEL CASTRO GOMES DA COSTA

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL

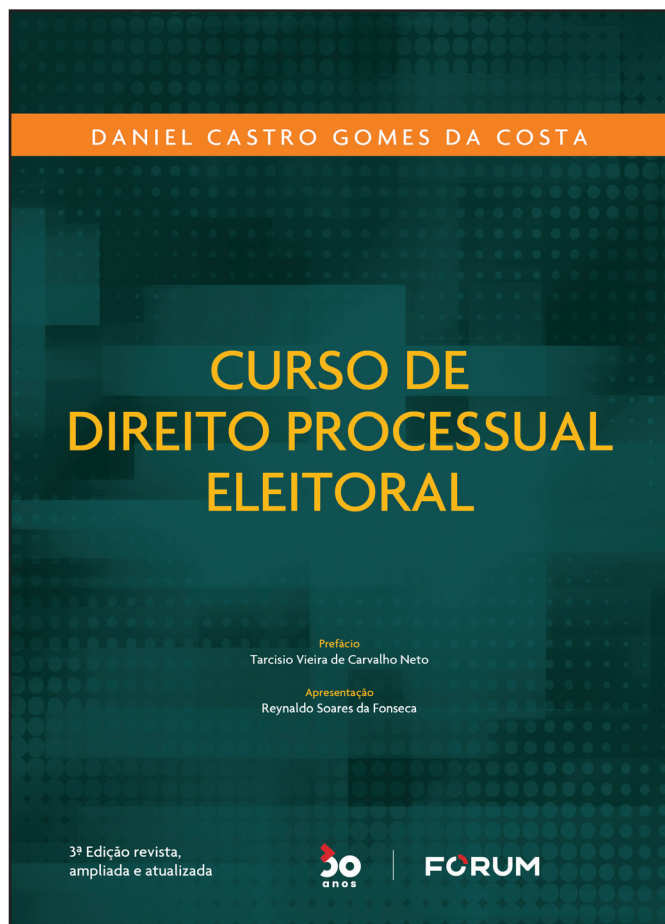
Prefácio

Tarcísio Vieira de Carvalho Neto

Apresentação

Reynaldo Soares da Fonseca

3ª edição revista, ampliada e atualizada



Área específica da obra

Direito Eleitoral

Áreas afins do livro

Direito Eleitoral. Direito processual. Ações Eleitorais. Recursos Eleitorais. Direito Constitucional. Direito Processual Civil. Direito Processual Penal

Público-alvo/consumidores da obra

Operadores do Direito Eleitoral (magistrados, membros do MP e advogados)

“Se o desenvolvimento teórico do Direito Eleitoral se mostra em estágio muito incipiente, embora já dotado de valorosas contribuições, a faceta processual se recente ainda mais de evolução. No ponto, chama atenção o desafio imposto pelo novel Código de Processo Civil de efetivação de sua aplicabilidade aos processos eleitorais, sempre observada a compatibilidade sistêmica, não só da já conhecida forma subsidiária, no caso de omissão, mas também supletiva, a título de complementação, notadamente em face de normas antigas, mofadas, facilmente identificadas na ambiência da legislação eleitoral.

Por isso, a obra acerta em cheio não só na escolha de seu objeto principal de ferimento, mas também na forma em que ela o realiza, vale dizer, didática, densa, prática e certa, ancorada na melhor coleção bibliográfica e constantemente associada à jurisprudência mais atualizada.

Consequentemente, tenho certeza de que este esforço acadêmico se constituirá como símbolo de referência da literatura jurídica nacional de indispensável consulta para todos os operadores do direito interessados pelo tema.

Isso posto, é bem fácil recomendar vivamente esta obra na certeza de que representará mais uma etapa vitoriosa dentre outras várias que se prosseguirão na carreira acadêmica e profissional do brilhante Daniel.”

Ministro Reynaldo Soares da Fonseca

FORMATO: 17,0 X 24,0 cm
CÓDIGO: 10003261

C887c Costa, Daniel Castro Gomes da

Curso de Direito Processual Eleitoral / Daniel Castro Gomes da Costa. 3ª edição. Belo Horizonte : Fórum, 2022.
928p. ; 17cm x 24cm.
ISBN: 978-65-5518-351-1

1. Direito. 2. Direito Eleitoral. 3. Direito processual. 4. Ações Eleitorais. 5. Recursos Eleitorais. I. Título.

CDD 324.63
CDU 342.8

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

COSTA, Daniel Castro Gomes da. *Curso de Direito Processual Eleitoral*. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 928p. ISBN 978-65-5518-351-1.

Daniel Castro Gomes da Costa

Advogado. Pós-Doutor em Democracia e Direitos Humanos pelo Centro de Direitos Humanos da Universidade de Coimbra (Portugal), com período de pesquisa na *Harvard Law School* (EUA). Doutor em Ciências Jurídicas pela Universidade Autónoma de Lisboa (Portugal). Juiz Titular do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul. Ex-Vice-Diretor da Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral (2020). Juiz Ouvidor do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul (2021/2022). Ex-Vice-Presidente da Comissão Especial de Direito Eleitoral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (2019/2022). Professor em diversos cursos de pós-graduação em direito eleitoral e administrativo. Autor de diversas obras jurídicas, dentre as principais: *Curso de Direito Processual Eleitoral* (Fórum), *Partidos Políticos e Compliance* (Fórum), *Democracia, Justiça e Cidadania* (Fórum), *Direito Eleitoral Comparado* (Fórum), *Direito Regulatório* (Fórum), *Segurança Jurídica e as Alterações na Jurisprudência Tributária* (Pillares) e *Comentários à Minirreforma Eleitoral* (Pillares).

SUMÁRIO

PREFÁCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO	
Tarcisio Vieira de Carvalho Neto	17
APRESENTAÇÃO DA PRIMEIRA EDIÇÃO	
Reynaldo Soares da Fonseca	21
CAPÍTULO 1	
TEORIA GERAL DO DIREITO ELEITORAL	25
1.1 Direitos Políticos	25
1.2 Direito Eleitoral	27
1.2.1 Conceitos, Fundamentos e Importância	27
1.2.2 Fontes do Direito Eleitoral	29
1.2.2.1 Fontes Materiais	30
1.2.2.2 Fontes Formais	31
1.3 Modelos de Organização Eleitoral	33
1.4 Direito Processual Eleitoral	38
CAPÍTULO 2	
PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO ELEITORAL	41
2.1 Conceito	41
2.2 Princípio Democrático	44
2.3 Princípio da Representatividade	49
2.4 Estado Democrático de Direito	54
2.5 Princípio da Soberania Popular	61
2.6 Princípio Republicano	66
2.7 Princípio Federativo	69
2.8 Sufrágio Universal	71
2.9 Princípio da Legitimidade	81
2.10 Princípio da Moralidade	84
2.11 Princípio da Probidade	93
2.12 Princípios Processuais aplicáveis ao Direito Eleitoral	98
2.12.1 Princípio do Devido Processo Legal	99
2.12.2 Princípio do Contraditório	104
2.12.3 Princípio da Ampla Defesa	107
2.12.4 Princípio da Igualdade	112
2.12.5 Princípio do Juiz Natural	124
2.12.6 Princípio da Vedação à Prova Ilícita	129
2.12.7 Princípio da Duração Razoável do Processo	138
2.12.8 Princípio do Duplo Grau de Jurisdição	144
2.12.9 Preclusão Instantânea	148
2.12.10 Irrecorribilidade das decisões do Tribunal Superior Eleitoral	153
CAPÍTULO 3	
SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO	157
3.1 Sistema Eleitoral Majoritário	158
3.2 Sistema Eleitoral Proporcional	158
3.3 Sistema Eleitoral – Eleições 2022	161
CAPÍTULO 4	
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	165
4.1 Competência Legislativa	165
4.2 Constituição Federal	166

4.3	Código Eleitoral.....	168
4.4	Lei das Eleições – Lei nº 9.504, de 1997	171
4.5	Lei dos Partidos Políticos – Lei nº 9.096, de 1995.....	172
4.6	Lei das Inelegibilidades – Lei Complementar nº 64, de 1990.....	173

CAPÍTULO 5

ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ELEITORAL.....		175
5.1	Juntas Eleitorais	176
5.2	Juizes Eleitorais.....	177
5.3	Tribunais Regionais Eleitorais.....	178
5.3.1	Composição.....	178
5.3.2	Competência	181
5.3.2.1	Competência Jurisdicional.....	181
5.3.2.2	Competência Administrativa.....	183
5.4	Tribunal Superior Eleitoral (TSE).....	185
5.4.1	Composição.....	185
5.4.2	Competência	187
5.4.2.1	Competência Jurisdicional.....	187
5.4.2.1.1	Competência Administrativa.....	188
5.4.2.1.2	Competência Normativa	190
5.5	Organograma da Justiça Eleitoral Brasileira	194
5.6	Ministério Público Eleitoral	195
5.6.1	Noções Introdutórias	195
5.6.2	Procurador-Geral Eleitoral.....	201
5.6.3	Procuradores Regionais Eleitorais.....	201
5.6.4	Promotores Eleitorais.....	203

CAPÍTULO 6

AÇÕES ELEITORAIS		207
6.1	Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE).....	210
6.1.1	Conceito	210
6.1.2	Fundamentação Legal.....	215
6.1.3	Natureza Jurídica	216
6.1.4	Legitimidade	219
6.1.5	Prazo.....	226
6.1.6	Competência	230
6.1.7	Rito Processual.....	230
6.1.8	Efeitos.....	232
6.1.9	Recursos.....	234
6.1.10	Resumindo	236
6.2	Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME).....	237
6.2.1	Conceito	237
6.2.2	Fundamentação Legal.....	240
6.2.3	Natureza Jurídica	241
6.2.4	Legitimidade	241
6.2.5	Prazo.....	249
6.2.6	Competência	252
6.2.7	Rito Processual.....	252
6.2.8	Efeitos.....	259
6.2.9	Recursos.....	260
6.2.10	Resumindo	261
6.3	Ação de Impugnação de Registro de Candidatura (AIRC).....	262
6.3.1	Conceito	262
6.3.2	Fundamentação Legal.....	262
6.3.3	Natureza Jurídica	267
6.3.4	Legitimidade	267
6.3.5	Prazo.....	273
6.3.6	Competência	276
6.3.7	Rito Processual.....	276
6.3.8	Efeitos.....	276
6.3.9	Recursos.....	277
6.3.10	Peculiaridades da AIRC.....	277
6.3.11	Resumindo	292
6.4	Ação de Impugnação da Diplomação (AIDI).....	292
6.4.1	Conceito	292
6.4.2	Fundamentação Legal.....	297
6.4.3	Natureza Jurídica	299

6.4.4	Legitimidade	300
6.4.5	Prazo.....	303
6.4.6	Competência	304
6.4.7	Rito Processual.....	307
6.4.8	Efeitos.....	310
6.4.9	Recursos.....	311
6.4.10	Resumindo	311
6.5	Ação de Representação por Propaganda Irregular (ARPI).....	312
6.5.1	Conceito	312
6.5.2	Fundamentação Legal.....	322
6.5.3	Natureza Jurídica	323
6.5.4	Legitimidade	323
6.5.5	Prazo.....	326
6.5.6	Competência	328
6.5.7	Rito Processual.....	328
6.5.8	Efeitos.....	329
6.5.9	Recursos.....	331
6.5.10	Resumindo	334
6.6	Ação de Representação por Arrecadação e Gastos Ilícitos (ARAGI).....	334
6.6.1	Conceito	334
6.6.2	Fundamentação Legal.....	335
6.6.3	Natureza Jurídica	336
6.6.4	Legitimidade	336
6.6.5	Prazo.....	339
6.6.6	Competência	341
6.6.7	Rito Processual.....	341
6.6.8	Efeitos.....	345
6.6.9	Recursos.....	350
6.6.10	Resumindo	350
6.7	Ação de Representação por Captação Ilícita de Sufrágio (ARCIS).....	351
6.7.1	Conceito	351
6.7.2	Fundamentação Legal.....	351
6.7.3	Natureza Jurídica	360
6.7.4	Legitimidade	360
6.7.5	Prazo.....	364
6.7.6	Competência	366
6.7.7	Rito Processual.....	368
6.7.8	Efeitos.....	369
6.7.9	Recursos.....	371
6.7.10	Resumindo	372
6.8	Ação de Representação das Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Campanhas Eleitorais (ARCV).....	373
6.8.1	Conceito	373
6.8.2	Fundamentação Legal.....	376
6.8.3	Natureza Jurídica	407
6.8.4	Legitimidade	407
6.8.5	Prazo.....	408
6.8.6	Competência	408
6.8.7	Rito Processual.....	409
6.8.8	Efeitos.....	409
6.8.9	Recursos.....	416
6.8.10	Resumindo	416
6.9	Ação Rescisória Eleitoral (ARE).....	417
6.9.1	Conceito	417
6.9.2	Fundamentação Legal.....	417
6.9.3	Natureza Jurídica	423
6.9.4	Legitimidade	426
6.9.5	Prazo.....	429
6.9.6	Competência	430
6.9.7	Rito Processual.....	430
6.9.8	Efeitos.....	433
6.9.9	Recursos.....	433
6.9.10	Resumindo	433
6.10	Ação de Representação por Doação Acima do Limite Legal (ARDALL).....	434
6.10.1	Conceito	434
6.10.2	Fundamentação Legal.....	435
6.10.3	Natureza Jurídica	436
6.10.4	Legitimidade	436
6.10.5	Prazos.....	437
6.10.6	Competência	440
6.10.7	Rito Processual.....	443

6.10.8	Efeitos.....	446
6.10.9	Recursos.....	454
6.10.10	Resumindo	454
6.11	Ação de Representação por Divulgação de Pesquisa Eleitoral Irregular (ARPEI).....	455
6.11.1	Conceito.....	455
6.11.2	Fundamentação Legal.....	463
6.11.3	Natureza Jurídica	464
6.11.4	Legitimidade.....	464
6.11.5	Prazos.....	467
6.11.6	Competência	469
6.11.7	Rito Processual.....	469
6.11.8	Efeitos.....	470
6.11.9	Recursos.....	470
6.11.10	Resumindo	472
6.12	Ação de Reclamação de Direito de Resposta (ARDP)	472
6.12.1	Conceito	472
6.12.2	Fundamentação Legal.....	475
6.12.3	Natureza Jurídica	475
6.12.4	Legitimidade.....	476
6.12.5	Prazos.....	481
6.12.6	Competência	483
6.12.7	Rito Processual.....	483
6.12.8	Efeitos.....	486
6.12.9	Recursos.....	486
6.12.10	Resumindo	487
6.13	Consulta.....	487
6.13.1	Conceito	487
6.13.2	Fundamentação Legal.....	490
6.13.3	Natureza Jurídica	491
6.13.4	Legitimidade	495
6.13.5	Prazo.....	504
6.13.6	Competência	506
6.13.7	Rito Processual.....	507
6.13.8	Efeitos e Recursos.....	512
6.13.9	Resumindo	514
6.14	Prestação de Contas de Campanha Eleitoral	514
6.14.1	Conceito	514
6.14.2	Fundamentação Legal.....	520
6.14.3	Natureza Jurídica	520
6.14.4	Legitimidade	523
6.14.5	Prazo.....	531
6.14.6	Competência	539
6.14.7	Rito Processual.....	539
6.14.8	Efeitos.....	558
6.14.9	Recursos.....	560
6.14.10	Resumindo	562

CAPÍTULO 7

AÇÕES CONSTITUCIONAIS		563
7.1	<i>Habeas Data</i>	563
7.1.1	Conceito	563
7.1.2	Fundamentação Legal.....	565
7.1.3	Natureza Jurídica	565
7.1.4	Legitimidade.....	565
7.1.5	Prazo.....	566
7.1.6	Competência	566
7.1.7	Rito Processual.....	567
7.1.8	Efeitos.....	569
7.1.9	Recursos.....	569
7.1.10	Resumindo	569
7.2	Mandado de Injunção.....	570
7.2.1	Conceito	570
7.2.2	Fundamentação Legal.....	571
7.2.3	Natureza Jurídica	572
7.2.4	Prazo.....	572
7.2.5	Competência	572
7.2.6	Legitimidade	573
7.2.7	Rito Processual.....	573

7.2.8	Efeitos.....	574
7.2.9	Recursos.....	575
7.2.10	Resumindo	576
7.3	Mandado de Segurança no Direito Eleitoral.....	576
7.3.1	Conceito.....	576
7.3.2	Fundamentação Legal.....	579
7.3.3	Natureza Jurídica	583
7.3.4	Legitimidade.....	584
7.3.5	Prazo.....	590
7.3.6	Competência	590
7.3.7	Rito Processual.....	592
7.3.8	Efeitos.....	593
7.3.9	Recursos.....	593
7.3.10	Resumindo	595

CAPÍTULO 8

RECURSOS ELEITORAIS.....		597
8.1	Considerações Iniciais	597
8.2	Embargos de Declaração.....	598
8.2.1	Conceito.....	598
8.2.2	Fundamentação Legal.....	599
8.2.3	Natureza Jurídica	610
8.2.4	Legitimidade.....	610
8.2.5	Prazo.....	612
8.2.6	Competência	614
8.2.7	Rito Processual.....	614
8.2.8	Efeitos.....	617
8.2.9	Recursos.....	621
8.2.10	Resumindo	622
8.3	Agravo Interno	622
8.3.1	Conceito.....	622
8.3.2	Fundamentação Legal.....	622
8.3.3	Natureza Jurídica	624
8.3.4	Legitimidade.....	625
8.3.5	Prazo.....	625
8.3.6	Competência	627
8.3.7	Rito Processual.....	627
8.3.8	Efeitos.....	629
8.3.9	Recursos.....	630
8.3.10	Resumindo	630
8.4	Agravo de Instrumento.....	631
8.4.1	Conceito.....	631
8.4.2	Fundamentação Legal.....	631
8.4.3	Natureza Jurídica	636
8.4.4	Legitimidade.....	636
8.4.5	Prazo.....	637
8.4.6	Competência	639
8.4.7	Rito Processual.....	639
8.4.8	Efeitos.....	640
8.4.9	Recursos.....	640
8.4.10	Resumindo	641
8.5	Recurso Ordinário	641
8.5.1	Recurso Ordinário para o Tribunal Superior Eleitoral	642
8.5.1.1	Conceito.....	642
8.5.1.2	Fundamentação Legal.....	642
8.5.1.3	Natureza Jurídica	644
8.5.1.4	Legitimidade.....	644
8.5.1.5	Prazo.....	644
8.5.1.6	Competência	645
8.5.1.7	Rito Processual.....	645
8.5.1.8	Efeitos.....	646
8.5.1.9	Resumindo	649
8.5.2	Recurso Ordinário Constitucional Eleitoral	650
8.5.2.1	Conceito.....	650
8.5.2.2	Fundamentação Legal.....	650
8.5.2.3	Natureza Jurídica	656
8.5.2.4	Legitimidade.....	656
8.5.2.5	Prazo.....	656

8.5.2.6	Competência	657
8.5.2.7	Rito Processual.....	657
8.5.2.8	Efeitos.....	657
8.5.2.9	Recursos.....	658
8.5.2.10	Resumindo	658
8.6	Recurso Especial.....	659
8.6.1	Conceito.....	659
8.6.2	Fundamentação Legal.....	659
8.6.3	Natureza Jurídica	663
8.6.4	Legitimidade	663
8.6.5	Prazo.....	665
8.6.6	Competência	669
8.6.7	Rito Processual.....	669
8.6.8	Efeitos.....	675
8.6.9	Recursos.....	678
8.6.10	Resumindo	678
8.7	Recurso Extraordinário.....	678
8.7.1	Conceito	678
8.7.2	Fundamentação Legal.....	679
8.7.3	Natureza Jurídica	684
8.7.4	Legitimidade	684
8.7.5	Prazo.....	684
8.7.6	Competência	686
8.7.7	Rito Processual.....	686
8.7.8	Efeitos.....	692
8.7.9	Recursos.....	693
8.7.10	Resumindo	693
8.8	Reclamação.....	693
8.8.1	Conceito	693
8.8.2	Fundamentação Legal.....	695
8.8.3	Natureza Jurídica	696
8.8.4	Legitimidade	696
8.8.5	Prazo.....	697
8.8.6	Competência	697
8.8.7	Rito Processual e Peculiaridades.....	700
8.8.8	Resumindo	700
8.9	Recursos Inominados Eleitorais	700
8.9.1	Conceito	700
8.9.2	Fundamentação Legal.....	701
8.9.3	Natureza Jurídica	702
8.9.4	Legitimidade	703
8.9.5	Prazo.....	704
8.9.6	Competência	706
8.9.7	Rito Processual.....	707
8.9.8	Efeitos.....	708
8.9.9	Recursos.....	708
8.9.10	Resumindo	709

CAPÍTULO 9

RECURSOS CRIMINAIS ELEITORAIS	711	
9.1	Considerações Iniciais	711
9.2	Recurso em Sentido Estrito.....	720
9.2.1	Conceito	720
9.2.2	Fundamentação Legal.....	721
9.2.3	Natureza Jurídica	723
9.2.4	Legitimidade	723
9.2.5	Prazo.....	723
9.2.6	Competência	724
9.2.7	Rito Processual.....	724
9.2.8	Efeitos.....	724
9.2.9	Recursos.....	725
9.2.10	Resumindo	725
9.3	<i>Habeas Corpus</i>	725
9.3.1	Conceito	725
9.3.2	Fundamentação Legal.....	725
9.3.3	Natureza Jurídica	732
9.3.4	Legitimidade	732
9.3.5	Prazo.....	732

9.3.6	Competência	732
9.3.7	Rito Processual.....	737
9.3.8	Efeitos.....	739
9.3.9	Recursos.....	739
9.3.10	Resumindo	740
9.4	Revisão Criminal Eleitoral	741
9.4.1	Conceito	741
9.4.2	Fundamentação Legal.....	741
9.4.3	Natureza Jurídica	744
9.4.4	Legitimidade	744
9.4.5	Prazo.....	745
9.4.6	Competência	745
9.4.7	Rito Processual.....	745
9.4.8	Efeitos.....	745
9.4.9	Resumindo	745
REFERÊNCIAS.....		747

ANEXOS

ANEXO A – SÚMULAS DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	755
ANEXO B – SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM MATÉRIA ELEITORAL	761
ANEXO C – SÚMULAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM MATÉRIA ELEITORAL	763
ANEXO D – REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	765
ANEXO E – RESOLUÇÃO Nº 23.478, DE 10 DE MAIO DE 2016 – Código de Processo Civil no âmbito da Justiça Eleitoral	781
ANEXO F – RESOLUÇÕES TSE ELEIÇÕES 2022.....	785
1. RESOLUÇÃO Nº 23.605, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019.....	785
2. RESOLUÇÃO Nº 23.607, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019.....	789
3. RESOLUÇÃO Nº 23.608, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019.....	825
4. RESOLUÇÃO Nº 23.609, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019.....	841
5. RESOLUÇÃO Nº 23.610, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019.....	863
6. RESOLUÇÃO Nº 23.623, DE 30 DE JUNHO 2020.....	897
7. RESOLUÇÃO Nº 23.674, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020.....	899